



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGELINA**

Rua Manoel Lino Koerich, 80 – Centro – Angelina/SC  
CEP: 88460-000 Fone/Fax: (48) 274-183

**LEI COMPLEMENTAR Nº 24/2013**

**DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO PLANO DE  
CARGOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS  
MUNICIPAIS DA CÂMARA DE VEREADORES, E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Angelina, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**TÍTULO I  
DO NOVO PLANO DE CARGOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES  
EFETIVOS DO PODER LEGISLATIVO  
CAPÍTULO I  
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 1º** Fica instituído por esta Lei Complementar o novo Plano de Cargos e Vencimentos dos servidores públicos detentores de cargo de provimento efetivo da Câmara Municipal de Vereadores de Angelina, mantendo-se a adoção do Regime Jurídico Estatutário, que obedecerá aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

**Parágrafo único.** Assegura-se aos servidores efetivos da Câmara de Vereadores a aplicação de todas as disposições e vantagens funcionais constantes do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

**Art. 2º** O Plano de Cargos constitui-se no conjunto de diretrizes e normas que estabelecem a estrutura dos cargos, vencimentos e desenvolvimento dos servidores públicos do Município de Angelina vinculados ao Poder Legislativo Municipal, e estrutura-se em um Quadro Geral de Cargos, segregado em Grupos Ocupacionais, composto por cargos existentes e cargos novos, criados nos termos desta Lei.

**Parágrafo único.** O Plano de Cargos de que trata o *caput* deste artigo será fundamentado na qualificação profissional e no desempenho, objetivando a melhoria da qualidade do serviço público municipal e a valorização dos servidores.

**Art. 3º** Para efeito desta Lei, considera-se:

- I** - Plano de Cargos: conjunto de diretrizes e normas que estabelecem a estrutura dos cargos;
- II** - Quadro Geral de Cargos: o conjunto de cargos de carreira, composto por cargos existentes e cargos novos, criados nos termos desta Lei, todos pertencentes ao Poder Legislativo;



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGELINA**

Rua Manoel Lino Koerich, 80 – Centro – Angelina/SC  
CEP: 88460-000 Fone/Fax: (48) 274-183

**III - Grupo Ocupacional:** é o conjunto de cargos de provimento efetivo reunidos segundo formação, escolaridade, qualificação, atribuições, grau de complexidade e responsabilidade;

**IV - Cargo:** é o conjunto de atribuições, deveres e responsabilidades que devem ser cometidas ao servidor, observada a área de atuação e formação profissional;

**V - Lotação:** é o órgão ou unidade no qual o servidor, após designado, deverá desempenhar as suas atribuições, observadas as disposições do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

**VI - Padrão de Vencimento Inicial (PVI):** constitui a posição do valor fixado para o vencimento inicial do cargo, alocado na Tabela de Padrões de Vencimento Inicial, identificado pelos números "1" a "4";

**VII - Referências:** consiste na subdivisão dos Padrões de Vencimento, em graduação ascendente, motivada pela promoção por antiguidade (tempo de serviço funcional), observadas as disposições específicas contidas nesta Lei, no total de 09 (nove) alíneas, indicadas pelas letras "A" a "I";

**IX - Remuneração:** corresponde à soma dos vencimentos com os adicionais de caráter individual e demais vantagens temporárias, nestas compreendidas as relativas à natureza ou ao local de trabalho, instituídas por esta Lei e pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

**X - Vencimento:** consiste no valor estipulado para cada cargo, observada a aplicação da Tabela de Padrões de Vencimento Inicial, especificado em virtude da escolaridade e complexidade das atribuições e o posicionamento nas Referências pela concessão de promoção por antiguidade (tempo de serviço funcional);

**XI - Vencimentos:** a soma do vencimento básico com as vantagens de caráter permanente, relativas ao desempenho do cargo, instituídas pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

**Art. 4º** São partes integrantes do Plano de Cargos e Vencimento:

**I - Anexo I -** Do Quadro Geral de Cargos da Câmara Municipal de Vereadores, que contém os Grupos Ocupacionais, com as respectivas cargas horárias e a fixação do Padrão de Vencimento Inicial, contendo todos os cargos existentes e novos criados por esta Lei;

**II - Anexo II -** Da Tabela de Cargos Novos e suas Vagas;

**III - Anexo III -** Da Tabela de Padrões de Vencimento Inicial;

**IV - Anexo IV -** Da Tabela Geral de Referências para Cargos de Provimento Efetivo;

**V - Anexo V -** Do Quadro Geral de Vagas;

**VI - Anexo VI -** Do Manual de Atribuições dos Cargos de Provimento Efetivo.

**CAPÍTULO II**  
**DOS GRUPOS OCUPACIONAIS**

**Art. 5º** Os cargos de provimento efetivo do serviço público municipal serão organizados em 4 (quatro) Grupos Ocupacionais, reunidos segundo a formação e qualificação profissional e graus de complexidade e responsabilidade das atribuições.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGELINA**

Rua Manoel Lino Koerich, 80 – Centro – Angelina/SC  
CEP: 88460-000 Fone/Fax: (48) 274-183

**Art. 6º** Os Grupos Ocupacionais abrangendo as diversas carreiras conforme sejam especificadas as respectivas atividades, compreendem:

**I** - Grupo Ocupacional Especialistas - ANS - Atividades de Nível Superior;

**II** - Grupo Ocupacional Técnico - ANT - Atividades de Nível Técnico;

**III** - Grupo Ocupacional Funcional - ANM - Atividades de Nível Médio;

**IV** - Grupo Ocupacional Operacional I - Grupo Ocupacional Operacional - ANFI - Atividades de Nível Fundamental Incompleto.

**§1º** O Grupo Ocupacional Especialista - ANS - Atividades de Nível Superior congrega as carreiras de cargos de provimento efetivo cujas atribuições sejam inerentes às atividades compreendidas nas áreas de administração, controle, tecnologia e ciências exatas, jurídicas, humanas e sociais, para cujo desempenho profissional é exigido diploma ou certificado de conclusão de curso de graduação (nível superior) e respectiva inscrição no órgão de fiscalização do exercício profissional, quando houver.

**§2º** O Grupo Ocupacional Técnico - ANT - Atividades de Nível Técnico congrega as carreiras de cargo de provimento efetivo cujas atividades profissionais estejam relacionadas com a execução das atividades administrativas, operacionais e serviços diversos, para cujo desempenho é exigida a escolaridade de Nível Médio integrado à modalidade técnica, bem como respectiva inscrição no órgão de fiscalização do exercício profissional, quando houver.

**§3º** O Grupo Ocupacional Funcional - ANM - Atividades de Nível Médio congrega as carreiras de cargo de provimento efetivo cujas atividades funcionais estejam relacionadas com o desempenho de atividades administrativas, operacionais e serviços diversos, para cujo desempenho é exigida a escolaridade de Nível Médio.

**§4º** O Grupo Ocupacional Operacional - ANFI - Atividades de Nível Fundamental Incompleto congrega as carreiras de cargos de provimento efetivo a que sejam inerentes as atividades de apoio operacional em geral, para cujo desempenho é exigida a escolaridade do Ensino Fundamental Incompleto.

**Art. 7º** As atribuições dos cargos efetivos dispostos em cada um dos Grupos Ocupacionais estão definidas no Anexo VI - Do Manual de Atribuições dos Cargos de Provimento Efetivo, desta Lei.

**CAPÍTULO III**  
**DA POLÍTICA NORTEADORA DO PLANO DE CARGOS**

**Art. 8º** A política norteadora do Plano de Cargos da Câmara Municipal de Vereadores, é fundada nos princípios de flexibilidade e maximização da realização do potencial individual do servidor, e tem por objetivos:

**I** - efetivar a valorização do servidor pelo reconhecimento dos esforços individuais na direção do crescimento profissional;

**II** - proporcionar aos servidores pleno conhecimento das oportunidades de crescimento na carreira;



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGELINA**

Rua Manoel Lino Koerich, 80 – Centro – Angelina/SC  
CEP: 88460-000 Fone/Fax: (48) 274-183

**III** - estabelecer um clima organizacional participativo e de confiança mútua entre a Administração e o servidor sobre as perspectivas de desenvolvimento profissional;

**IV** - motivar e encorajar o servidor na exploração de sua capacidade em busca de maior conhecimento e desenvolvimento profissional;

**V** - criar condições para o desenvolvimento e manutenção de talentos no serviço público municipal.

**CAPÍTULO IV**  
**DO PROVIMENTO DOS CARGOS PÚBLICOS**  
**SEÇÃO I**  
**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 9º** Os cargos públicos classificam-se em cargos de carreira de provimento efetivo e cargos de provimento em comissão.

**SEÇÃO II**  
**DOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO**

**Art. 10** São requisitos básicos para a investidura em cargo público de caráter efetivo:

**I** - a aprovação em concurso público, de provas ou de provas e títulos;

**II** - a prova da nacionalidade, observado o contido no art. 12 da Constituição da República;

**III** - o gozo dos direitos políticos;

**IV** - a quitação com as obrigações militares, para os homens;

**V** - a quitação com as obrigações eleitorais;

**VI** - a idade mínima de 18 (dezoito) anos;

**VII** - o nível de escolaridade exigido por lei para o exercício do cargo;

**VIII** - a comprovação da aptidão física e mental para exercício do cargo, mediante avaliação pericial realizada pela Junta Médica Oficial;

**IX** - declaração de não acumulação ou de acumulação lícita de cargos, empregos ou funções públicas, inclusive se já aposentado em outro cargo ou emprego público;

**X** - declaração de ausência de impedimento de exercício de cargo, emprego ou função pública.

**Parágrafo único.** As atribuições do cargo podem justificar a exigência de outros requisitos estabelecidos em lei.

**Art. 11** Os cargos de provimento efetivo, constantes do Quadro Geral de Cargos da Câmara de Vereadores, nos termos desta Lei, serão preenchidos:

**I** - por nomeação, precedida da aprovação em concurso público, nos termos do inciso II do art. 37 da Constituição da República;

**II** - pelas demais formas de provimento, indicadas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGELINA**

Rua Manoel Lino Koerich, 80 – Centro – Angelina/SC  
CEP: 88460-000 Fone/Fax: (48) 274-183

**§1º** O provimento dos cargos efetivos no âmbito do Poder Legislativo, dar-se-á, exclusivamente, por ato do Presidente da Câmara de Vereadores, ou por ato de preposto definido em Lei.

**§2º** O total de vagas existentes, ocupadas e em aberto para cada cargo de provimento efetivo estão contidas no Anexo V - Do Quadro Geral de Vagas, desta Lei.

**§3º** Os cargos efetivos do Quadro Funcional da Câmara de Vereadores poderão eventualmente ser ocupados por servidores efetivos cedidos pelo Poder Executivo, com ônus para o Poder Legislativo.

**§4º** As funções do cargo de Técnico em Contabilidade poderão ser realizadas por servidor do Poder Executivo devidamente habilitado, o qual receberá por tal atividade uma Gratificação de Exercício correspondente a R\$ 1.000,00 (um mil reais).

**§5º** O valor da gratificação disposta no §4º deste artigo será revisado pelo índice geral de revisão geral concedido aos servidores e:

I - não servirá de base para o cálculo de outras vantagens;

II - não se incorpora à remuneração do servidor para nenhum efeito;

III - não será utilizado para incidência de alíquota de contribuição previdenciária ao ANGEPREV;

IV – não será paga nas férias, licenças remuneradas ou não e não comporá a base de cálculo da Gratificação Natalina.

**Art. 12** Fica autorizada a criação dos seguintes cargos de provimento efetivo:

I – 01 (uma) vaga de Advogado, com jornada de 20 (vinte) horas semanais e vencimento inicial fixado em R\$ 1.250,00 (um mil duzentos e cinquenta reais) e atribuições, escolaridade e habilitação nos termos do Anexo V, desta Lei;

II – 01 (uma) vaga de Agente de Registros Públicos e Digitação, com jornada de 40 (quarenta) horas semanais e vencimento inicial fixado em R\$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais) e atribuições, escolaridade e habilitação nos termos do Anexo VI, desta Lei;

**Art. 13** É proibida a prestação de serviços gratuitos, ressalvadas, no entanto, as seguintes modalidades:

I - a participação em comissões ou grupos de trabalho para elaboração de estudos ou projetos de interesse da comunidade;

II - o exercício do trabalho voluntário, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade, de acordo com o, expressamente, definido na Lei Federal nº 9.608, de 18/02/98.

**SEÇÃO III**  
**DOS CARGOS DE PROVIMENTO COMISSIONADO**

**Art. 14** Os cargos de provimento em comissão são de livre nomeação e exoneração do Presidente da Câmara de Vereadores, no âmbito do Poder Legislativo.

**Parágrafo único.** As quantidades, denominações e fixação dos subsídios dos cargos de provimento comissionado, são os constantes das leis de estrutura administrativa do Poder Legislativo.



## ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGELINA

Rua Manoel Lino Koerich, 80 – Centro – Angelina/SC  
CEP: 88460-000 Fone/Fax: (48) 274-183

**Art. 15** Fica criada a função de confiança de Tesoureiro.

**§1º** O servidor designado para a função de confiança disposta no “*caput*” deste artigo, perceberá uma gratificação correspondente a R\$600,00(seiscentos reais);

**§2º** O valor da gratificação disposta no §1º deste artigo será revisado pelo índice geral de revisão geral concedido aos servidores e:

**I** - não servirá de base para o cálculo de outras vantagens;

**II** - não se incorpora à remuneração do servidor para nenhum efeito;

**III** - não será utilizado para incidência de alíquota de contribuição previdenciária ao ANGEPREV;

**IV** – será paga nas férias, licenças remuneradas ou não, e comporá a base de cálculo da Gratificação Natalina.

**Art. 16** Fica o cargo comissionado de Assessor Jurídico criado nos termos da Resolução nº 187 de 25 de março de 2002, extinto para todos os efeitos legais.

**Art. 17** Fica o cargo de Tesoureiro da Câmara de Vereadores, criado nos termos da Resolução nº 185 de 17 de dezembro de 2001 extinto para todos os efeitos legais.

### SEÇÃO IV DO CONCURSO PÚBLICO

**Art. 18** Para operacionalizar a realização do concurso público o Poder Legislativo deverá observar as disposições contidas no Estatuto dos Servidores Públicos e quanto à participação das pessoas portadoras de deficiência, as disposições contidas nos artigos 18 a 23 desta Lei.

**Parágrafo único.** O Edital do Concurso deverá obrigatoriamente prever que o candidato possua pleno conhecimento do disposto nesta Lei, especialmente no tocante às disposições relativas ao deferimento das promoções por antiguidade.

**Art. 19** Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de inscrição em concurso público para provimento de cargo efetivo, cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras.

**Art. 20** Consideram-se deficiências aquelas definidas pela medicina especializada, de acordo com os padrões mundialmente estabelecidos, e que constituam inferioridade que implique grau acentuado de dificuldade para a integração social.

**Art. 21** Os editais de abertura de concurso público deverão reservar às pessoas portadoras de deficiência até cinco por cento das vagas por cargo nele oferecidas, ou das que vierem a surgir no prazo de validade do concurso.

**Parágrafo único.** Na definição do número de vagas decorrente da aplicação do percentual a que se refere o *caput*, utilizar-se-á arredondamento para o número inteiro imediatamente superior à fração decimal obtida.

**Art. 22** Os editais de abertura de concursos deverão explicitar as condições para a inscrição das pessoas portadoras de deficiência e indicar onde poderão obter a lista de atribuições do cargo para o qual pretendam se inscrever.





## ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGELINA

Rua Manoel Lino Koerich, 80 – Centro – Angelina/SC  
CEP: 88460-000 Fone/Fax: (48) 274-183

**§1º** Por ocasião da inscrição o candidato deficiente deverá declarar que conhece os termos do edital e que é portador de deficiência para fins de reserva de vaga.

**§2º** A necessidade de intermediários permanentes para auxiliar na execução das atribuições do cargo pelo portador de deficiência é impeditiva à inscrição no concurso.

**§3º** Não impede a inscrição ou o exercício do cargo a utilização de material tecnológico de uso habitual ou a necessidade de preparação do ambiente físico.

**Art. 23** A pessoa portadora de deficiência deverá submeter-se à avaliação com o objetivo de ser verificada a compatibilidade ou não da deficiência de que é portadora com o exercício do cargo que pretende ocupar.

**Parágrafo único.** A avaliação de que trata o *caput* deverá ser realizada por equipe multidisciplinar designada no âmbito do Poder Legislativo, pelo Presidente da Câmara de Vereadores, antes da homologação da inscrição pretendida.

**Art. 24** Na inexistência de candidatos habilitados para todas as vagas destinadas às pessoas portadoras de deficiência, as remanescentes serão ocupadas pelos demais candidatos habilitados, observada a ordem de classificação.

### CAPÍTULO V DAS CARREIRAS SEÇÃO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**Art. 25** O ingresso na Carreira dar-se-á no Padrão Inicial de Vencimento do cargo para o qual o servidor foi concursado, nomeado e empossado, nos termos dos procedimentos definidos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

### SEÇÃO II DOS PADRÕES INICIAIS DE VENCIMENTO

**Art. 26** O Plano de Cargos e Vencimentos da Câmara de Municipal de Vereadores de Angelina é constituído de 4 (quatro) Padrões Iniciais de Vencimento, cujo valor pecuniário é fixado na forma do Anexo III, desta Lei.

**Parágrafo único.** Ressalvadas as decorrentes da aplicação do Plano de Cargos, são inadmissíveis desigualdades de vencimento em face de adoção de critérios de admissão baseados em sexo, idade, cor, estado civil ou credo religioso.

**Art. 27** Nenhum servidor receberá, a título de vencimento, pela jornada de 40 (quarenta) horas semanais, importância inferior ao piso municipal dos servidores públicos municipais, em vigor.

**§1º** Fica vedada a fixação do piso municipal dos servidores em valor inferior ao salário mínimo nacional.



## **ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGELINA**

Rua Manoel Lino Koerich, 80 – Centro – Angelina/SC  
CEP: 88460-000 Fone/Fax: (48) 274-183

**§2º** Os vencimentos dos ocupantes de cargos são irredutíveis, ressalvado o disposto no inciso XV do art. 37 da Constituição da República e na legislação vigente.

**§3º** Os servidores inativos, detentores de paridade nos termos da Constituição da República, não devem receber a título de proventos, importância inferior ao piso municipal fixado para os servidores municipais ativos.

**§4º** A disposição do §3º deste artigo é estendida aos pensionistas da mesma condição.

**§5º** O valor do vencimento dos servidores públicos somente poderá ser fixado ou alterado por lei específica.

**§6º** O valor fixado para o Padrão de Vencimento Inicial de número “1”, contido no Anexo VI do Plano de Cargos e Vencimentos do Poder Executivo, corresponderá ao valor fixado para o piso dos servidores municipais, para jornadas de 40 (quarenta) horas semanais.

**Art. 28** A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará:

I - a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira;

II - os requisitos para a investidura;

III - as peculiaridades dos cargos.

**Art. 29** Nenhum servidor do Poder Legislativo, ativo ou inativo, poderá perceber, mensalmente, a título de remuneração ou provento, importância superior à soma dos valores percebidos como subsídio pelo Prefeito Municipal.

**§1º** Exclui-se do limite de remuneração ou provento, no que couber, a importância percebida a título de:

I - salário-família;

II - gratificação natalina;

III - 1/3 constitucional de férias;

IV - diárias;

V - serviços extraordinários.

**§2º** É vedada à vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público municipal.

**Art. 30** Não será pago ao servidor:

I - a remuneração dos dias em que tiver faltas injustificadas ao serviço;

II - a parcela de remuneração diária, proporcional aos atrasos, ausências e saídas antecipadas, ocorridas sem a autorização da chefia imediata;

III - os vencimentos do cargo efetivo quando nomeado para o cargo em comissão, ressalvado o direito de opção, sem prejuízo de eventual gratificação, enquanto na sua permanência, na forma desta lei;

IV - a remuneração por comprovação à acumulação ilícita de cargos, empregos ou funções públicas observado o disposto na Constituição da República;

V - a remuneração quando do exercício de mandato eletivo remunerado, federal, estadual ou municipal, havendo incompatibilidade de horários, ressalvada a possibilidade de opção.





## ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGELINA

Rua Manoel Lino Koerich, 80 – Centro – Angelina/SC  
CEP: 88460-000 Fone/Fax: (48) 274-183

**§1º** O servidor terá 48 (quarenta e oito) horas para justificar sua ausência ao trabalho, ultrapassado tal período será registrado em seu assentamento funcional a falta injustificada, com sua respectiva repercussão.

**§2º** Os períodos computados como atrasos, ausências e saídas antecipadas, serão somados mensalmente, e seu valor registrado em minutos, para posterior desconto, incluindo-se o repouso semanal remunerado.

**Art. 31** Fica autorizada a alteração do padrão de vencimento inicial dos cargos já existentes, observada as indicações contidas nos Anexos I e III, desta Lei.

**Parágrafo único.** O valor fixado para o vencimento comporta o pagamento do repouso semanal remunerado.

### SEÇÃO III DAS REFERÊNCIAS

**Art. 32** Cada Padrão de Vencimento é subdividido em 9 (nove) Referências, correspondentes às letras "A" a "I", alocadas horizontalmente, conforme Anexo IV desta Lei.

**Parágrafo único.** As Referências são utilizadas exclusivamente para a operacionalização da promoção por antiguidade indicada no art. 32 e seguintes desta Lei.

### SEÇÃO IV DA PROMOÇÃO POR ANTIGUIDADE

**Art. 33** Os servidores públicos detentores de cargo de provimento efetivo do Poder Legislativo, terão desenvolvimento na Carreira, sob as condições expressas definidas no Estatuto dos Servidores Públicos, e nesta Lei, sob a modalidade promoção por antiguidade.

**Art. 34** A promoção por antiguidade consiste na passagem do servidor de um padrão de Referência para o imediatamente superior, acrescido em 6% (seis por cento).

**§1º** A promoção indicada no *caput* se dará automaticamente, para o servidor municipal efetivo e estável, a cada período aquisitivo de apuração de 06 (seis) anos completos de efetivo exercício, observada a disposição do art. 35 desta Lei.

**§2º** A data de início do cômputo do primeiro período aquisitivo fixado no §1º deste artigo, para os servidores efetivos vinculados ao Poder Legislativo Municipal na data de início de vigência desta Lei, é a data registrada nos assentos funcionais como data da posse no cargo que ocupam na posição de 31/12/2013.

**Art. 35** A promoção por antiguidade é composta de 09 (nove) Referências, contidas em cada cargo, nos termos da Tabela que compõe o Anexo IV, desta Lei.

**Parágrafo único.** Em cada promoção por antiguidade o servidor não poderá ascender mais de uma Referência.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGELINA**

Rua Manoel Lino Koerich, 80 – Centro – Angelina/SC  
CEP: 88460-000 Fone/Fax: (48) 274-183

**Art. 36** O período aquisitivo de apuração indicado no §1º do art. 33 será suspenso, quando o servidor:

I - gozar licença sem a percepção de remuneração, em qualquer de suas modalidades;

II - gozar licença remuneradas:

a) para tratamento de saúde por período consecutivo superior a 60 (sessenta) dias;

b) qualquer outra licença remunerada em período superior a 03 (três) meses consecutivos, excetuada a disposição contida na alínea "a" deste artigo, a licença concedida para o cumprimento do mandato de dirigente do Sindicato dos Servidores Municipais e a Licença Maternidade;

III - licenciar-se para prover cargo comissionado em outra unidade da Federação.

**§1º** O servidor que suspender o período aquisitivo de apuração da progressão contida nesta Subseção, nos termos do *caput* deste artigo:

I - terá o tempo de serviço funcional laborado antes do gozo da licença computado para efeito de formação do período aquisitivo de apuração;

II - deverá laborar pelo período remanescente após o retorno da licença, a fim de totalizar o período aquisitivo de apuração indicado no §1º do art. 33 desta Lei.

**§2º** O período de gozo de férias será computado para efeito da composição do período aquisitivo de apuração da progressão contida nesta Subseção.

**§3º** A disposição do inciso II, alínea "a" do *caput* deste artigo não se aplica às licenças concedidas pela ocorrência de acidente em serviço devidamente registrado nos assentos funcionais.

**Art. 37** O período em que o servidor efetivo exerça nesta condição cargo comissionado ou função de confiança perante a Administração Municipal, será computado automaticamente para efeito da formação do período aquisitivo de apuração da progressão por antiguidade constante do §1º do artigo 33 desta Lei.

**Parágrafo único.** Aplica-se o disposto no *caput* deste artigo aos servidores detentores de cargo de provimento efetivo que sejam nomeados para exercer o cargo de Secretário Municipal.

**Art. 38** O período em que o servidor estiver removido, cedido, com ou sem ônus para a origem, à unidades da Administração Federal e Estadual será computado para efeito da formação do período aquisitivo de apuração da progressão por antiguidade.

**Parágrafo único.** Aplica-se o disposto no *caput* aos servidores do Quadro da Câmara de Vereadores que estiverem à disposição, cedidos ou removidos para o Poder Executivo do Município de Angelina.

**Art. 39** As remoções, cessões ou disposições, definitivas ou não, que foram realizadas com fundamento em legislação anterior serão homologadas e reconhecidas para todos os efeitos legais.

**Art. 40** O servidor que sofrer as penalidades administrativas de advertência ou suspensão perderá, para efeito de concessão da promoção por



## ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGELINA

Rua Manoel Lino Koerich, 80 – Centro – Angelina/SC  
CEP: 88460-000 Fone/Fax: (48) 274-183

antiguidade, todo o período aquisitivo adquirido até a data de aplicação da pena.

**Parágrafo único.** O novo período aquisitivo de apuração da progressão por antiguidade iniciar-se-á no primeiro dia útil seguinte ao término do cumprimento da pena.

**Art. 41** Aos que ingressarem no serviço público municipal após a edição desta Lei ou para aqueles que já se encontrarem provendo cargos efetivos e que optarem pela nomeação e exercício em novo cargo de provimento efetivo, após aprovação em concurso público, fica estabelecido que, para efeito da implementação e pagamento da promoção por antiguidade:

I - o cômputo do primeiro período aquisitivo de apuração de seis anos de efetivo exercício, iniciar-se-á a partir da data de início do exercício no novo cargo que ensejar o pagamento da promoção;

II - o pagamento se dará, automaticamente, a partir do mês em que completar o período aquisitivo de apuração indicado no §1º do art. 33 desta Lei;

III - fica vedado o aproveitamento de qualquer tempo de serviço público anterior, exercido sob qualquer natureza e em qualquer unidade da Federação, incluído o laborado no Município de Angelina.

**Art. 42** Os servidores efetivos que na data de sancionamento desta Lei já possuírem períodos aquisitivos completos para a percepção da promoção por antiguidade, serão enquadrados na forma do art. 43 e seguintes desta Lei.

**Parágrafo único.** Para efeito da ocorrência da primeira progressão por antiguidade, dos servidores indicados no *caput*, a ser concedida nos termos desta Lei, fixa-se que os interstícios necessários têm início a partir do enquadramento do servidor no Plano de Cargos e Vencimentos.

### CAPITULO VI DAS NORMAS GERAIS DE ENQUADRAMENTO Seção Única Do Enquadramento dos Servidores Ativos

**Art. 43** Os atuais servidores ocupantes dos cargos de provimento efetivo do Poder Legislativo serão, a partir de 01/01/2014, automaticamente posicionados e enquadrados nos cargos contidos no Anexo I desta Lei na Referência correspondente ao tempo de efetivo exercício no cargo de provimento efetivo ocupado na posição de 31 de dezembro de 2013.

**Art. 44** O tempo de efetivo exercício reconhecido para efeitos do enquadramento compreende a data de início do exercício no cargo de provimento efetivo ocupado e 31/12/2013, observada a aplicação dos parágrafos deste artigo, da seguinte forma:

I - até seis anos, na Referência "A";

II - mais de seis anos e até doze anos, na Referência "B";

III - mais de doze anos e até dezoito anos, na Referência "C";

IV - mais de dezoito anos e até vinte e quatro anos, na Referência "D";

V - mais de vinte e quatro anos e até trinta anos, na Referência "E";

VI - mais de trinta anos e até trinta e seis anos, na Referência "F";



## ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGELINA

Rua Manoel Lino Koerich, 80 – Centro – Angelina/SC  
CEP: 88460-000 Fone/Fax: (48) 274-183

**VII** - mais de trinta e seis anos e até quarenta e dois anos, na Referência "G";

**VIII** - mais de quarenta e dois anos e até quarenta e oito anos, na Referência "H";

**IX** - mais de quarenta e oito, na Referência "I".

**§1º** O servidor que na data de edição desta Lei ocupa cargo de provimento efetivo e que tenha se utilizado do art. 5º da Lei nº 568/90 poderá computar para efeito de enquadramento nas Referências o período de natureza celetista, imediatamente anterior a adoção do Regime Jurídico Único pelo Município de Angelina.

**§2º** A disposição contida nos §1º deste artigo apenas poderá ser adotada caso o tempo de serviço do servidor perante o Poder Legislativo do Município de Angelina tenha se dado de forma ininterrupta e no exercício das mesmas atribuições funcionais.

**§3º** O servidor ocupante de cargo com regime estatutário que foi recepcionado pelo Regime Jurídico Único instaurado pela Lei nº 568/90 e que na data de edição desta Lei se encontra provendo o mesmo cargo efetivo de forma ininterrupta perante o Poder Legislativo do Município de Angelina, poderá computar para efeito de enquadramento nas Referências, todo o período nesta condição.

**§4º** Os seguintes períodos laborados frente ao Município de Angelina não serão computados para efeito de enquadramento:

**I** - os laborados na condição de servidor temporário;

**II** - os laborados exclusivamente na condição de servidor comissionado ou agente político;

**III** - os laborados em cargo de provimento efetivo distinto do provido na posição de 31 de dezembro de 2013, ressalvadas as disposições dos §1º a §3º deste artigo.

**Art. 45** Na hipótese do enquadramento indicado no art. 43 desta Lei resultar em vencimento inferior ao percebido na posição de 31/12/2013, o servidor será enquadrado na Referência correspondente ao vencimento igual ou imediatamente superior.

**Parágrafo único.** A apuração do vencimento, para efeito de enquadramento, deve se dar após a aplicação do índice de revisão geral disposto no art. 55, inciso I desta Lei, sobre o vencimento de dezembro de 2013.

**Art. 46** Na hipótese do vencimento percebido pelo servidor na posição de 31/12/2013 ser superior a Referência "I" correspondente ao cargo de provimento efetivo, ser-lhe-á garantida a percepção deste vencimento acrescido da concessão da revisão geral anual, fixada nos termos do art. 57, inciso I desta Lei.

**Parágrafo único.** Aos servidores que se mantiverem posicionados fora da última Referência de seu cargo, será assegurada, a partir de 01/01/2015 o pagamento dos índices de revisão geral e reajuste conferidos aos demais servidores.

**Art. 47** O ocupante de cargo de provimento efetivo que se encontre em licença sem remuneração apenas será enquadrado quando reassumir o exercício de seu cargo.

**Art. 48** Os atos de enquadramento dos atuais servidores para o Quadro Geral



## ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGELINA

Rua Manoel Lino Koerich, 80 – Centro – Angelina/SC  
CEP: 88460-000 Fone/Fax: (48) 274-183

de Cargos da Câmara de Vereadores, contido no Anexo I com o reconhecimento da progressão por antiguidade automática nos termos do artigo 33 desta Lei serão expedidos por ato do Presidente da Câmara de Vereadores ou preposto legalmente reconhecido.

**Parágrafo único.** Os atos de enquadramento, quando coletivos, serão expedidos por meio de Portaria, sob a forma de listas nominais, estabelecido o início da vigência para 01/01/2014.

**Art. 49** O servidor poderá requerer ao Presidente da Câmara de Vereadores a revisão do seu enquadramento, em decorrência de erro, omissão ou outro assemelhado, no prazo de até 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação das listas nominais de enquadramento ou dos atos de enquadramento individual, mediante petição fundamentada.

**§1º** O Presidente da Câmara de Vereadores, decidirá sobre o pedido no prazo de até 30 (trinta) dias, contado da data de protocolização da petição.

**§2º** Em caso de provimento do pedido de revisão, os efeitos da decisão retroagirão à data de início da vigência do enquadramento.

### CAPÍTULO VII DA LOTAÇÃO

**Art. 50** O servidor efetivo terá exercício na Câmara de Vereadores de acordo com as atribuições definidas para seu cargo, observadas as disposições contidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

### CAPÍTULO VIII DAS PARCELAS REMUNERATÓRIAS

**Art. 51** Adota-se, nos termos, limites e disposições do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, as seguintes parcelas remuneratórias para os servidores efetivos do Quadro Funcional da Câmara de Vereadores:

I – Diárias, observado apenas quanto aos valores, a fixação constante de Resolução do Poder Legislativo;

II – Gratificação Natalina;

III – Gratificação de Função de Confiança;

IV - Adicional pela Prestação de Serviço Extraordinário;

V - Adicional Noturno;

VI - Adicional de Férias;

VII - Adicional pelo Exercício de Atividades Insalubres ou Perigosas;

VIII - Adicional por Tempo de Serviço Incorporado;

IX – Adicional Trienário de Tempo de Serviço Público Municipal;

X – Adicional por Nova Escolaridade/Titulação;

XI – Adicional de Avaliação de Desempenho e Capacitação;

XII - Salário-Família;

XIII - Férias;

XIV - Auxílio-Funeral;

XV - Auxílio-Reclusão.

**Parágrafo único.** Fica determinada a utilização do valor fixado para o piso dos servidores municipais para efeito de aplicação do Adicional de Insalubridade.





## **ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGELINA**

Rua Manoel Lino Koerich, 80 – Centro – Angelina/SC  
CEP: 88460-000 Fone/Fax: (48) 274-183

**Art. 52** O percentual do Adicional por Tempo de Serviço percebido pelo servidor até 31/12/2013, nos termos do art. 63 da Lei 725/95 fica incorporado à remuneração, para todos os efeitos legais.

**§1º** Os períodos aquisitivos em curso para obtenção do Adicional por Tempo de Serviço nos termos do art. 63 da Lei 725/95, não serão computados, sendo vedado o pagamento de parcela em caráter proporcional.

**§2º** O percentual incorporado na forma do *caput* deste artigo será aplicado mensalmente sobre o vencimento fixado para o servidor.

**Art. 53** O servidor, detentor do cargo de provimento efetivo de Motorista Legislativo, fará jus ao Auxílio Deslocamento, quando da realização de viagens à serviço, devidamente autorizadas pelo Presidente da Câmara de Vereadores, para cobrir despesas de alimentação.

**§1º** O valor do Auxílio Deslocamento corresponderá a R\$ 30,00 (trinta reais) por dia de deslocamento, observadas as disposições e limites fixados neste artigo e os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

**§2º** O pagamento do Auxílio-Deslocamento será realizado mensalmente na folha subsequente ao da ocorrência, devidamente discriminado, sendo limitado ao valor máximo mensal de R\$ 300,00 (trezentos reais).

**§3º** O Auxílio Deslocamento apenas será devido quando o servidor se afastar da sede por intervalo igual ou superior a 06 (seis) horas.

**§4º** O controle dos deslocamentos realizados pelo servidor detentor do cargo de Motorista Legislativo para fazer jus a percepção do Auxílio-Deslocamento, será realizado pela secretaria da Câmara Municipal de Vereadores, sendo as informações prestadas, homologadas pelo Presidente da Câmara para efetivação do pagamento.

**§5º** Ao servidor que receber o Auxílio Deslocamento fica vedado o pagamento de diárias, ressalvada a ocorrência de pernoite fora da sede.

**§6º** O valor do Auxílio-Deslocamento será revisado pelo índice geral de revisão geral concedido aos servidores.

**§7º** A vantagem de que trata este artigo:

I - não servirá de base para o cálculo de outras vantagens;

II - não se incorpora à remuneração do servidor para nenhum efeito;

III - não será utilizado para incidência de alíquota de contribuição previdenciária ao ANGEPREV;

IV – não será paga nas férias, licenças remuneradas ou não e não comporá a base de cálculo da Gratificação Natalina.

**§8º** O servidor que receber o Auxílio-Deslocamento sem realizar o efetivo afastamento da sede fica obrigado a restituí-lo integralmente no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, e, sendo apurada má-fé em devido processo disciplinar, responderá pelas punições cabíveis.

### **TÍTULO II**

#### **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS RELATIVAS A REVISÃO GERAL E DA REVISÃO GERAL E DO REAJUSTE FIXADO PARA O EXERCÍCIO DE 2014**

**Art. 54** Para efeito da concessão da revisão geral anual de que trata o artigo 37 inciso X da Constituição da República fica estabelecido, que a partir de 2014, o mês de janeiro como data-base.





## ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGELINA

Rua Manoel Lino Koerich, 80 – Centro – Angelina/SC  
CEP: 88460-000 Fone/Fax: (48) 274-183

**Art. 55** Para efeito da concessão da revisão geral anual de que trata o artigo 37 inciso X da Constituição da República referente ao ano de 2013, a ser concedida a partir de 01/01/2014, fica estabelecido:

I - que o valor dos vencimentos dos servidores públicos efetivos fica revisado pela variação acumulada do INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor apurado pelo IBGE como índice de inflação no intervalo de março de 2013 a outubro de 2013, correspondente a 2,7605%;

II - que o valor dos subsídios fixados para os agentes políticos fica revisado nos termos do inciso I deste artigo;

III - que o valor dos subsídios fixados para os cargos comissionados fica revisado nos termos do inciso I deste artigo;

IV – que o valor das funções gratificadas incorporadas fica revisado nos termos do inciso I deste artigo.

**Parágrafo único.** Os Padrões de Vencimento fixados para os cargos de provimento efetivo nos termos dos Anexos III e IV desta Lei, já contemplam o índice de revisão geral indicado no inciso I do *caput* deste artigo.

### TÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 56** O horário de trabalho dos servidores da Câmara de Vereadores será fixado pelo Presidente do Poder Legislativo, admitindo-se o sistema de compensação de horário.

**Art. 57** As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações próprias consignadas no orçamento da Câmara Municipal e ainda de créditos suplementares devidamente autorizados.

**Art. 58** Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, e produz seus efeitos a partir de 01/01/2014, revogadas as disposições em contrário.

Angelina, 23 de Dezembro de 2013

**Jose Nilton da Silva**  
**Prefeito Municipal**